

# A GEOGRAFIA DAS REPRESENTAÇÕES: UM ESTUDO DAS PAISAGENS DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CANASTRA – MG <sup>1</sup>

Gelze Serrat S.C. Rodrigues\*

## **RESUMO:**

Este artigo procura fazer uma reflexão a respeito das representações espaciais e das suas relações com a paisagem, buscando utilizar tais conceitos para efetivar uma análise das representações da paisagem do Parque Nacional da Serra da Canastra – MG, por parte de sua população local e turistas, a fim de se compreender quais fatores intervêm no processo de percepção ambiental dos dois grupos, bem como de que forma se engendram alguns de seus valores e atitudes concernentes à paisagem do Parque. Tomando-se as representações do espaço como um dos referenciais teóricos, investigou-se as leituras dos indivíduos perante a(s) paisagem(s) do Parque Nacional da Serra da Canastra, obtidas em trabalho de campo, por meio de entrevistas e mapas mentais. Com o encaminhamento das análises pondera-se sobre os efeitos do discurso veiculado pela mídia e *trade* turístico, do processo de sacralização do Parque Nacional e das histórias pessoais sobre as representações dos dois grupos, assim como se faz uma reflexão sobre as contribuições que estudos acerca desse tema podem trazer para a compreensão mais refinada da paisagem.

## **PALAVRAS-CHAVE:**

Representação do espaço, paisagem, percepção ambiental, parque nacional, Serra da Canastra.

## **ABSTRACT:**

This paper intend to do a reflections about spatial representations and their relations with the landscape, searching use these concepts to do an analysis of landscape representations about the Canastra Range National Park – MG, made by tourists and local population, in order to understand which factors intervened in the process of environmental perception of two groups, as well as what values and attitudes concerned to Park landscape were been originated. Getting spatial representations as a theoretical reference, we investigate people reading about Canastra Range National Park landscape(s) that was acquired in fieldwork through mental maps and interviews. With the course of the analyses we cogitated about effects of media and tourist trade discourse, about the sacrelization process of National Park and personal histories on the two groups representations, as well as we made reflexions about the contribution of the studies concerning this theme can bring to comprehension more refined of the landscape.

## **KEY WORDS:**

Space representation, landscape, environmental perception, national park, Canastra Range.

---

\* Geógrafa. Mestre em Ciências pela FFLCH-USP

E-mail: silge127@hotmail.com

## Introdução

É notório que desde meados do século passado, e mais detidamente nas suas últimas décadas, os cientistas retomaram o interesse em abordagens investigativas que contemplam aspectos do subjetivo humano.

Na Geografia, alguns pesquisadores procurando romper, ou melhor, procurando ir além da leitura restrita aos elementos constitutivos “reais” do espaço, passam a valorizar cada vez mais os sentimentos e as idéias das pessoas acerca do espaço experienciado, direta ou indiretamente. Buscam, portanto, entender um espaço que vai além do relevo, clima, vegetação, fluxos econômicos e sociais, indagando-se sobre as aspirações, sentimentos e valores criados a partir da relação homem-natureza.

A partir da década de 1960, percebe-se uma revalorização e uma retomada por parte dos geógrafos de estudos concernentes à percepção do espaço geográfico (Cf, por exemplo: LOWENTHAL, 1961; BUTTIMER, 1976 – tradução para o português em 1985; TUAN, 1974, 1975). O uso de palavras, como percepção, imagem, estrutura cognitiva, espaço perceptual, esquema e mapas mentais, começa a ocorrer com frequência. Estudiosos passam a procurar paradigmas metodológicos que sirvam aos seus intentos: o entendimento de como o homem percebe o espaço onde vive ou imagina, de como isto se dá e de como a interação homem-natureza interfere nos seus valores, atitudes e expectativas.

Em 1960, um estudo do urbanista KEVIN LYNCH vem fornecer preciosa contribuição para essa nova vertente de pesquisa. Com a publicação do livro *A Imagem da Cidade*, esse autor procura examinar a qualidade visual de cidades norte-americanas, por meio da análise da imagem ambiental que seus habitantes formam dos lugares que experimentaram diretamente. Seu método e suas adaptações foram posteriormente utilizados em inúmeros trabalhos de arquitetos, assim como de geógrafos, até os dias de hoje.

Em 1961, o geógrafo DAVID LOWENTHAL, precursor dessas novas discussões em Geografia, publica um ensaio acerca da variabilidade do pensamento geográfico entre indivíduos e grupos. Nesse estudo, ele delinea as primeiras reflexões epistemológicas de âmbito geográfico com a inserção do que ele denominou “geografias pessoais” ou “geografias particulares”

Na década de 1970, os geógrafos GOULD e WHITE publicam o livro *Mental Maps*. Inserido nas tendências metodológicas em voga nos EUA, procuram fazer a avaliação das “paisagens invisíveis” de grupos de estudantes norte-americanos acerca de suas preferências residenciais.

Ainda na mesma década, YU-FU TUAN, com uma perspectiva humanística, propõe estudos do espaço que examinem as manifestações realmente características da espécie humana. Sugere a realização de pesquisas que estudem a relação entre as pessoas e o meio ambiente: de como elas se dão, de quais sentimentos e idéias surgem a partir dessa relação e que irão afetar as atitudes e os valores individuais e do grupo.

Após essa reintrodução da subjetividade e da imaginação nos estudos geográficos, haverá uma diversificação de tendências, originando o que posteriormente seria chamado de “percepção do ambiente” notadamente no Canadá, e das “representações mentais” principalmente na França e Suíça.

No Canadá, as idéias de YU-FU TUAN foram plenamente acolhidas nos meios acadêmicos, que passaram a valorizar a questão da percepção no estudo das paisagens. Tal enfoque foi posteriormente discutido por WHITE (1978), em trabalho feito para a UNESCO, que lançou, na década de 1970, o Programa Internacional Homem e a Biosfera, mais conhecido como Programa MAB (Man And the Biosphere), visando “(...) desenvolver, no marco das ciências naturais e sociais, uma base racional para a utilização e conservação dos recursos da biosfera e para a melhoria das relações entre o homem e seu ambiente” (CASTELLO, 1999, p.23).

Dentre os 14 temas desenvolvidos pelo Programa, o 13º contempla os vários métodos de pesquisa até então utilizados acerca da percepção do ambiente, sugerindo a importância de tais estudos para o planejamento, como parte integrante das análises multidisciplinares. A expressão percepção do ambiente passa então a designar “(...) a tomada de consciência e a compreensão pelo homem do ambiente no amplo sentido. Ela deve ser considerada bem mais abrangente que uma percepção sensorial individual, como a visão ou audição” (WHYTE, 1978, p.18).

Na Europa, por outro lado, surge uma “geografia das representações” tendo como centro geográfico de investigações, na década de 1980, a Suíça, em torno de BAILLY e RACINE, congregando além de geógrafos helvéticos, os franceses. Tais pesquisadores depois de se preocuparem com as questões da percepção, colocam a essência de seus estudos sobre a exploração das representações, as quais revelariam “(...) os sistemas de valorização e as satisfações que explicam (...) as sensibilidades aos lugares” (BAILLY apud ROUGERIE, G.; BEROUTCHACHVILI, N., 1991, p.111). A partir de 1985, com a realização do Colóquio de Lescheraines, um grupo de pesquisadores abolirá o uso dos termos *percepção* e *imagem*, substituindo-as por *representação*, a qual passará a ser definida como “(...) uma criação social e/ou individual de esquemas pertinentes do real” (GUÉRIN, J.P. apud ANDRÉ, 1998, p.77).

Assim, paulatinamente a questão da percepção ambiental ganhou relevância para a compreensão das atitudes dos sujeitos e grupos sociais sobre o ambiente; numerosas pesquisas na América do Norte, Europa Ocidental, bem como no Brasil, passaram a ser elaboradas, tomando em consideração, primeiramente o espaço vivido e, posteriormente, o espaço percebido e representado. Atualmente, tais estudos procuram enfatizar a análise das representações, tendência que, aliás, é sentida em outras disciplinas sociais, como Psicologia Social, Antropologia, Sociologia e Linguística, e, na Geografia, mais acentuadamente, sobre as representações da paisagem.

Sob essa perspectiva, a noção de representação passa a ter grande importância em algumas pesquisas geográficas que enfocam a percepção ambiental, já que é a partir de sua análise e do entendimento da dinamicidade das representações que se torna possível compreender o processo de percepção ambiental dos indivíduos e grupos, bem como algumas de suas atitudes perante o espaço.

Dessa forma, inserindo-se nessa tendência, o objetivo precípuo da pesquisa elaborada foi o de refletir sobre as contribuições que o estudo das representações podem oferecer à compreensão das dimensões significativas de uma dada paisagem e de como isso se manifesta nas formas de percebê-la, no comportamento e expectativas das pessoas que a conhecem. Para tanto, tomou-se o Parque Nacional da Serra da Canastra – MG, como área objeto de pesquisa, e procurou-se estudar as representações que turistas e moradores dele fazem no seu imaginário, de como isso se manifesta em suas atitudes para com o Parque e como podem influenciar as suas percepções futuras do espaço.

## **1. O imbricamento representação/paisagem**

A representação é um tema recorrente à curiosidade humana há séculos, remontando desde o século XVII, quando Nicolas Malebranche argumentava que “ao pensarmos perceber um corpo, na verdade estaríamos percebendo uma idéia” (CARDOSO, 2000, p.20). A partir de então, várias abordagens e usos estabeleceram-se, mas todas partindo de um mesmo ponto umbilical: a teoria do conhecimento. Foi, portanto, a partir das indagações e reflexões sobre como o homem conhece a realidade que começou a ser elaborado aquilo que posteriormente denominaríamos de representação.

Primeiramente, o seu desenvolvimento esteve arraigado às perspectivas filosóficas, com Locke, Descartes e Kant, dentre outros. Posteriormente, já no século XX, tem-se que

diversas disciplinas, como Psicologia Social, Psicologia Cognitiva e Lingüística, retomam as discussões pregressas, utilizando inicialmente abordagens experimentais, conforme o paradigma positivista da época.

É assim que, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, as pesquisas cognitivas passam a considerar as representações como conceito central para a descrição do funcionamento mental do indivíduo (Cf. SILVA, 2000, p.85). Surgem então correntes que fazem uma analogia do cérebro humano com o, recentemente inventado, computador. Por outro lado, outras correntes sublinham a capacidade de estocagem na memória das representações do real, que são consultadas, reproduzidas ou transformadas quando necessário, sendo consideradas uma inferência do real.

Piaget trouxe também sua contribuição no tocante às representações, concebendo que elas eram construídas pelo sujeito, sendo produto de sua percepção, contudo *“largamente independente do meio e pouco sensível à afetividade: a prioridade é dada às dimensões biológicas do desenvolvimento intelectual”* (ANDRÉ, 1998, p.41).

Apesar dessas abordagens considerarem as representações no estudo dos processos cognitivos, não apreciavam os aspectos socioculturais e do imaginário que as permeiam, visão essa contestada por outros pesquisadores, tais como Wallon, Vygotskye e Bruner, que relacionam o social com o individual, enfatizando a importância da linguagem, culturalmente adquirida, no processo de construção das representações mentais do mundo.

Além das representações mentais individuais, as representações sociais também foram amplamente trabalhadas primeiramente pela Sociologia e, posteriormente, aplicadas em pesquisas de História, Lingüística, Psicologia e Geografia. Forjada por MAUSS e DURKHEIM (1898), a noção de representação se propunha *“a explicar diferentes fenômenos sociológicos, a partir do postulado segundo o qual a sociedade*

*constitui uma totalidade, isto é, uma entidade geral que difere da simples adição dos indivíduos que a compõem. Em decorrência, certas formas de pensamento coletivo não são redutíveis à soma de pensamentos individuais”* (SILVA, 2000, p.85).

Com o advento do estruturalismo, contudo, o mundo social passa a ser um espaço de relações objetivas e os homens *“suportes (ou vítimas) das estruturas”* (MALERBA, 2000, p.213), havendo pouco espaço para o imaginário.

Apenas na década de 1980 é que o sociólogo PIERRE BOURDIEU, confrontando-se com o paradigma estruturalista, possibilitou a reintrodução nas ciências sociais da questão da ação do sujeito, procurando compreender como se davam as diversas modalidades de apropriação dos objetos culturais. Para o desenvolvimento de seu raciocínio, apoiou-se na noção de *habitus*, que ele definia como *“estruturas mentais mediante (as quais os agentes) apreendem seu mundo social, as quais são produto de uma internalização das estruturas do mundo social”* (BOURDIEU apud CARDOSO, 2000, p.14). Tais reflexões iriam trazer reflexos à Sociologia, mas também nos campos de outras ciências, dentre eles a Geografia.

ANDRÉ (1998) observa com grande propriedade que *“quaisquer que sejam as diferentes interpretações e de quadros de pensamento, percebe-se indubitavelmente um interesse científico crescente para a problemática do agente social. (...) É necessário (...) sublinhar a importância da ruptura epistemológica que representam essas novas problemáticas baseadas sobre os agentes, suas experiências, suas condutas e, portanto sua subjetividade. É um divórcio com a tradição objetivista que investiga as classificações, as estruturas e as causas profundas, e para a qual o indivíduo é somente o homo economicus, homo rationalis, homo historicus ou homo roboticus (...)”* (ANDRÉ, 1998, p.47).

A proposta dos geógrafos que trabalham com a representação do espaço e que foi tomada como referencial teórico nesse estudo,

portanto, é a incorporação de conceitos oriundos das reflexões nas ciências sociais em suas pesquisas, tentando levantar quais são as leituras dos indivíduos perante as paisagens ou lugares experienciados, vividos. Rompendo, dessa forma, com uma abordagem clássica da Geografia, preocupada com a análise dos elementos estruturantes do meio natural e de seus usos, a Geografia das Representações detém-se sobre as imagens que o indivíduo forma a partir da percepção que tem da paisagem.

A pertinência em se estudar as representações de um dado espaço tomando-se como categoria de análise a paisagem deve-se sobretudo às suas novas concepções, que vão muito além do aspecto de cenário, usualmente por muitos considerado. Essas novas acepções aglutinam, sob a designação de paisagem, o conjunto de elementos constituintes do ambiente às formas de vê-lo, ou melhor, às representações que dele fazemos.

Já há muito tempo, o uso do vocábulo paisagem se proliferou nas mais diversas áreas, indo da publicidade às artes; do turismo à arquitetura, sem uma preocupação mais acurada sobre a sua conceituação ou seu uso. Mesmo na Geografia, diversos pontos de vista são adotados quando há uma referência acerca de paisagem, o que resultou na sua fluidez de sentido.

Os primeiros usos do termo paisagem no mundo ocidental deram-se no século XVI, no mundo pictórico e com significações estéticas. Na Geografia, a noção de paisagem já se encontraria de forma latente em escritos de Humboldt, Ritter e Ratzel, a partir dos quais derivariam ora em direção a uma valorização dos elementos físicos, ora em direção ao privilégio dos elementos de ordem cultural. Assim, várias concepções de paisagem seriam forjadas, algumas com conotação fortemente naturalista, outras onde a perspectiva histórica é colocada em relevo.

Devido a essa extrema polissemia, bem como à emergência de novas teorias em Geografia, o seu uso, no Brasil e em outras partes do

mundo, foi sendo paulatinamente abandonado em prol da utilização de outros conceitos, como geossistema e território, que pareciam definir com mais exatidão o fulcro das pesquisas geográficas.

Apesar, contudo, dessa falta de consonância no uso do termo paisagem, alguns geógrafos, a partir da década de 1980, passaram a refletir sobre novas acepções do termo. É assim que o conceito de paisagem passa progressivamente a considerar, além dos elementos objetivos do meio físico-químico-biótico e social, as componentes relacionadas ao mundo psíquico, de como o homem a percebe e como essa percepção influencia o modo de agir deste sobre o espaço. Começa a ponderar-se sobre o empobrecimento da retenção apenas do aspecto descritivo-explicativo ou das características visuais (de cenário) sob o conceito de paisagem.

Por conseguinte, a paisagem passa pouco a pouco a abrigar em sua noção as formas como o indivíduo ou grupo social conhece o espaço. Deixa de ser uma noção universal para ter um aspecto particular, estritamente dependente do ponto de vista do indivíduo, o que passa a ser considerado o elemento fundamental para a sua conceituação.

Em 1986, COLLOT escreve um trabalho intitulado *Points de Vue sur la Perception des Paysages*, no qual enfatiza o seu aspecto perceptivo, chegando a defini-la como espaço perceptivo. Entretanto, suas colocações realçam também o seu caráter simbólico e representativo, considerando muito mais que apenas a percepção sensorial e aproximando-se bastante da conceituação postulada pelos geógrafos que trabalham com as representações:

*"(...) um depósito da história, (...) o produto de uma prática entre os indivíduos, desiguais na sua ação sobre a paisagem, e uma realidade material a qual lhes é confrontada"* (BAILLY et al, 1980, p.278).

De acordo com essa perspectiva, podemos, então, de forma sucinta estabelecer que aquilo que denominamos de paisagem não corresponde exatamente ao "real" e sim à resultante de processos mentais, obtidos por meio do que alguns autores denominam de filtros perceptivos, que estão interpostos entre o sujeito e o objeto observado.

Supomos que o real não se correlaciona sempre e diretamente à imagem que se faz e que nomeamos de paisagem. Na maior parte das vezes, esta não corresponde apenas aos elementos que a constituem, mas também às variadas leituras que fazemos da interação desses elementos, de acordo com o nosso repertório cultural e social, com as nossas experiências, expectativas e valores, repercutindo os nossos sonhos e símbolos. Até mesmo aquelas paisagens que aparentemente existem independentemente de nossa cultura, em um exame mais detalhado apresentam-se como seu produto.

As representações da paisagem variam de indivíduo para indivíduo, já que a sua interação com o mundo é afetada por diversos fatores. Primeiramente, por estar sujeita às particularidades das combinações de elementos físicos, biológicos e sociais do espaço; também, por ser dependente das características fisiológicas individuais, ou seja, das condições físicas dos órgãos sensoriais do sujeito; está, além disso, fortemente relacionada às disposições da personalidade, sendo profundamente alterada, de acordo com a motivação, cansaço, lembranças, expectativas e valores individuais. Não podemos nos esquecer da aprendizagem social, como elemento determinante nesse processo. A aquisição de códigos de um grupo social, além de impor um significado peculiar às paisagens, torna possível, apesar das diferenças individuais, um certo consenso sobre as idéias que indivíduos de um mesmo grupo cultural faz de uma mesma paisagem.

Assim, intrinsecamente dependente da maneira como o homem a percebe, as representações das paisagens não são unívocas, mas

sim "*produtos da experiência, conhecimento, história e cultura, em perpétuo estado de finalização*" (ANDRÉ, 1998, p.78), que fornecem pistas valiosas à compreensão do significado de determinada paisagem e que nos propusemos a decifrar, no que tange à paisagem do Parque Nacional da Serrada Canastra, na investigação que foi feita.

## **2. O Parque Nacional da Serra da Canastra: paisagens a serem descortinadas**

O Parque Nacional da Serra da Canastra (PARNA Serra da Canastra) está localizado na porção sudoeste do Estado de Minas Gerais, entre as coordenadas 46° 15' e 47° 00' longitude W, e 20° 00' e 20° 30' latitude S. Perfaz uma área de 71.525 ha, compreendendo parte dos municípios de São Roque de Minas, Sacramento e Delfinópolis.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra (IBDF, 1981), a região faz parte de uma antiga área ocupada por indígenas e negros escravos foragidos de fazendas das redondezas. Os povoados de São Roque de Minas e de Sacramento surgiram graças às incursões, a partir do século XVIII, de brancos e mestiços, oriundos das áreas de mineração em decadência de Minas Gerais, mantendo-se praticamente isolados até a década de 1930, quando se descobriu diamantes no leito do rio São Francisco, o que determinou o afluxo de grande número de garimpeiros para a região e permitiu a origem de Vargem Bonita.

Após a exploração dessas jazidas, os habitantes que lá permaneceram, passaram a se dedicar à atividade agrícola de produtos, como milho, arroz e café, bem como à pecuária. Contudo, com pequeno capital, fazendeiros e sitiantes dependiam quase que exclusivamente do trabalho braçal e da tração animal para a manutenção e melhoramento das condições do solo e de suas lavouras.

Dessa forma, em 1972, justifica-se a criação do Parque com a intenção de se proteger as nascentes do rio São Francisco da pressão ambiental exercida pela atividade agropecuária dos fazendeiros, além de salvar a flora e a fauna da região. Para tanto, fazendeiros e sitiantes foram desapropriados e passaram a procurar terras vizinhas ao Parque, alguns deles atualmente ainda morando nos seus arredores.

Esse processo, de certa forma traumático, de retirada de pessoas de seus lugares de moradia e trabalho, provocou uma situação paradoxal, já que ainda hoje encontram-se moradores contrários à delimitação do Parque, mas que ao mesmo tempo atestam o valor estético e ambiental de sua paisagem.

A área do PARNA Serra da Canastra distingue-se das demais do seu entorno, primeiramente devido ao enorme bloco rochoso, de altitudes médias em torno de 1.200 m, que se sobressai na paisagem, cujo escarpamento em determinados pontos chega a mais de 200 m de desnível (Figura 1). Daí aparentar de longe a

observadores de séculos passados uma canastra, “caixa revestida de couro, na qual se guardam roupas brancas e outros objetos” (HOLANDA A.B., 1975). Contrasta-se também internamente, pela variedade de formas que exhibe, indo de vastas chapadas a abruptos paredões rochosos, por onde mergulham inúmeras cachoeiras com dezenas a centenas de metros, apresentando desde campos rupestres a enclaves de matas ciliares, de tucanos a onças.

A fisionomia do Parque é dominada por dois chapadões que o cruzam no sentido E-W, o da Canastra e o das Sete Voltas, e o vale disposto entre eles, com altitudes médias de 1.200 m. Esses chapadões encontram-se cingidos por escarpas quartzíticas e são encimados por superfícies extensas, compondo colinas e morros, por onde os rios serpenteiam, originando na sua queda pelas escarpas diversas cachoeiras, como as de Rolinhos, Quilombo, das Lavras, Lava Pés, entre outras. A altitude máxima da região é de 1.496 m, no topo da Serra Brava.

A região do Parque é um importante divisor de águas, localizando-se em sua área as nascentes do rio São Francisco, assim como as



**Figura 1:** Vista geral da Serra da Canastra a partir do Vale do Rio São Francisco.

nascentes de importantes afluentes dos rios Paraná e Grande. O rio São Francisco nasce na parte nordeste do Parque e, após receber a contribuição de diversos córregos e percorrer cerca de 14 km, a superfície plana do chapadão atinge a escarpa da Serra da Canastra. Descendo o paredão íngreme forma a Cachoeira Casca D'Anta, famosa por suas duas quedas, sendo a última com cerca de 200 m de altura, e criando uma piscina natural de rara beleza.

A temperatura média anual da região oscila entre 18°C e 20°C, sendo a temperatura máxima absoluta em torno de 35°C e a mínima absoluta de 0°C. A média da mínima varia entre 8°C e 10°C, podendo haver nesse período a ocorrência de geadas na região até cinco vezes ao ano.

Em relação às precipitações, os dados disponíveis no Diagnóstico Ambiental do Estado de Minas Gerais (CETEC, 1982) atestam que variam entre 1.600 mm e 1.750 mm, com estação chuvosa nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. A estação seca é de quatro meses, começando no mês de maio e prolongando-se até agosto. Isso traz e sempre trouxe à área, no período do inverno, a presença de queimadas. Sendo o Parque amplamente ocupado por campos limpos e sujos, dominados por gramíneas, ciperáceas, xiridáceas e ericáceas, qualquer descarga elétrica, natural ou humana, pode produzir extensos incêndios.

A princípio, algumas áreas do Parque estavam bastante degradadas devido à prática agropecuária. Grande parte dos campos servia como área de pastagem e, atualmente, se apresentam ainda em recuperação. Muitas das construções das fazendas foram demolidas, mas algumas se mantêm dentro do Parque, dando um toque histórico e inusitado à paisagem. É o caso da Garagem de Pedras que, de acordo com o Plano de Manejo, foi a primeira habitação dentro da área do Parque, datando do século XVIII.

Nas altitudes superiores a 800 m, o campo rupestre se desenvolve, sendo comum em sua flora as canelas de ema, arnica e arnica do campo, ficando as florestas restritas às margens de cursos d'água ou capões isolados. Por entre toda essa região, dentro e fora do Parque, emas, tucanos, seriemas, perdizes, gaviões, codornas, tamanduás, macacos-prego, lobos-guará e onças deslocam-se, dando um matiz bastante diferenciado à paisagem e aguçando a curiosidade de turistas de outras regiões.

Atualmente, o setor turístico tem alcançado expressividade econômica na região, principalmente em São Roque de Minas, onde as pousadas estão concentradas. A partir de Piumi e, portanto, de São Paulo e Belo Horizonte, São Roque de Minas é a primeira cidade, mais próxima do Parque, a ser alcançada. Até início de 2000 o acesso era feito por estrada de terra, mas cerca de 50% de seu percurso já estava pavimentado. Tal processo de pavimentação também foi motivo de inúmeras discussões entre ambientalistas, que a consideram de forma negativa, por facilitar o acesso de grande número de viajantes, acima da capacidade do Parque, provocando desarranjos de ordem física e social, e de parte dos comerciantes que desejam o aumento do fluxo de turistas para a elevação de sua lucratividade. Mas, a economia da região permanece ainda concentrada no setor primário, principalmente na produção agrícola de café e milho e na fabricação artesanal do queijo Canastra, produto típico da região e bastante apreciado pelos turistas.

### **3. Procedimentos de investigação em campo**

Considerando-se os objetivos aos quais nos propusemos ao elaborar a pesquisa, optou-se por se dar uma tônica descritiva já que os dados quantitativos, a nosso ver, serem pouco representativos nesse tipo de estudo e não conseguirem traduzir todas as valorações sociais e ainda menos as valorações individuais.



Com essa perspectiva, antes de se partir para o trabalho de campo, formulou-se um referencial técnico com o fito de organizar quais procedimentos inicialmente seriam adotados, para o qual foram de fundamental importância as questões levantadas no trabalho de WHYTE (1978), no qual são delineadas algumas diretrizes metodológicas para os trabalhos de campo na área de percepção ambiental. Da mesma forma, considerações feitas por BAILLY (1980, 1987) e ANDRE (1998) se integraram ao embasamento para a formulação das estratégias que foram seguidas.

Tendo em vista essas premissas, estabelecemos que observações não-estruturadas da paisagem e das atitudes dos sujeitos, complementadas por entrevistas de visitantes e moradores locais, incluindo a elaboração de mapas mentais do Parque Nacional da Serra da Canastra, seria o encaminhamento mais adequado para os nossos objetivos.

Pressupomos que por meio das entrevistas, poderíamos coletar informações derivadas dos discursos verbais que de outra forma seriam difíceis de serem alcançadas, já que a entrevista possibilita o fornecimento de informações sobre questões relacionadas ao passado e ao futuro, bem como sobre as crenças e atitudes dos sujeitos.

Consideramos, contudo, que as entrevistas deveriam ser elaboradas de tal forma a tornar-se um instrumento de coleta de informações e, simultaneamente, um elemento gerador de diálogos, no qual os entrevistados pudessem falar sobre suas sensações oriundas de seu contato com a paisagem do Parque, assim como fosse incentivada a evocação de imagens e sentimentos em relação a esse espaço.

Sendo assim, a entrevista foi elaborada, em um total de 12 perguntas, obedecendo as sugestões de WHYTE (1978) e BAILLY (1980, 1987). A primeira parte consistiu em questões fechadas, que foram elaboradas com vista à caracterização do respondente por meio de classes de respostas, com o objetivo de salvaguardar o seu anonimato.

A segunda parte foi centrada nas sensações e imagens formadas a partir do conhecimento que tinham do Parque. Sua lógica interna foi estabelecida com o intuito de fazer com que uma questão fosse decorrente da outra, buscando-se, na realidade, mais o formato de um roteiro de conversação e foram utilizadas questões abertas, a fim de se possibilitar o levantamento de toda riqueza subjetiva derivada do processo de percepção da paisagem do Parque, a fim de não tolher a expressividade dos respondentes com perguntas muito restritivas. As questões iniciais, dessa segunda parte, enfocaram principalmente a imagem geral que se tem do Parque Nacional da Serra da Canastra e a identificação dos lugares que eram lembrados, sendo posteriormente feitas questões ligadas às sensações em relação à sua paisagem e, ao final, a descrição e as impressões que se tinha de sua paisagem. Para concluir, foi inserido o pedido de elaboração do seu mapa mental.

Foram entrevistados um total de 100 moradores, em uma população de, aproximadamente, 6.326 habitantes (IBGE, 2000) e de 35 turistas, em um total de mais de dois mil visitantes no mês de janeiro (IBAMA, 2000), o que numericamente tem pouca expressividade estatística. Contudo, como já salientado anteriormente, a nossa preocupação não era quantitativa, parecendo-nos, portanto, suficientemente representativo para revelar as representações que a(s) paisagem(s) do Parque Nacional da Serra da Canastra evoca.

Com o intuito de entrevistar a comunidade local, a abordagem foi feita, preferencialmente, em São Roque de Minas. Deu-se privilégio a esse município porque, primeiramente, os antigos moradores do Parque têm o hábito de concentrarem-se na Praça da Igreja Matriz. Além disso, o setor hoteleiro, bem como o maior restaurante das imediações e o comércio estão instalados predominantemente nessa cidade, propiciando uma facilidade de aproximação com os comerciantes nos próprios locais de suas

atividades. Apenas os agentes florestais do IBAMA é que foram contatados dentro do Parque e alguns poucos sitiantes abordados em suas próprias casas.

Deve-se salientar que além de fazendeiros, sitiantes e trabalhadores rurais (25% dos entrevistados), nos referimos à população local tendo em mente uma categoria heterogênea, na qual está inserida comerciantes (23% dos entrevistados), proprietários de pousadas e guias turísticos (15% dos entrevistados), funcionários do IBAMA (06% dos entrevistados), trabalhadores de uma mineradora da região (05% dos entrevistados), donas-de-casa (26% das entrevistadas). A congruência entre os sujeitos está justamente na localidade onde normalmente se concentram, o município de São Roque de Minas e onde grande parte, com exceção dos proprietários rurais, mora.

Em relação aos turistas, teve-se o cuidado de procurar entrevistá-los ao final da estadia, objetivando-se levantar os dados após já terem percorrido vários lugares do Parque.

#### **4. As representações das paisagens do Parque Nacional da Serra da Canastra**

Tendo em vista a perspectiva adotada na pesquisa, consideramos que a paisagem do Parque Nacional da Serra da Canastra é construída graças aos diferentes olhares lançados a ela, a qual agrega aspectos do mundo físico, mas também da psique graças às representações que dela são elaboradas.

Analisando o seu aspecto estrutural, ou seja, o aspecto de cenário que muitas pessoas sublinham quando fazem referência à paisagem, três elementos destacam-se e subjugam os demais sob o seu domínio visual: o relevo entrecortado das serras com seus íngremes paredões rochosos; a vegetação ciliar e os campos rupes-tres; e, os rios que cruzam o planalto e caem por entre a serra, formando várias cachoeiras e criando uma alternância de cores, cheiros e dinâmicas bastante peculiares.

Esses elementos somados a outros, como a fauna e o clima, podem ser tomados, de acordo com PELLETIER (1982), como constituintes da ossatura da paisagem, e são os mais fáceis de ver e sentir em uma análise voluntária.

Entretanto, segundo esse autor, muito excepcionalmente o observador percebe a totalidade do conjunto composto por esses diversos elementos, selecionando daquilo que vê aspectos significativos para ele no momento e que dependem de sua personalidade, de seu humor momentâneo, de seus hábitos mentais. COLLOT (1986) endossa tal assertiva, acrescentando que a limitação que a paisagem oferece àquele que a observa deve-se a dois fatores: a extensão do campo visual, limitada pela posição do sujeito; e ao próprio relevo da paisagem. COLLOT enfatiza que, além da parcialidade, a paisagem possui uma outra característica: o seu aspecto de conjunto. Esses elementos teriam uma coesão entre si por conta, principalmente, de condicionantes histórico-culturais, as quais alterariam inclusive o seu valor estético.

De acordo com as entrevistas coletadas, grande parte das representações dos turistas entrevistados (60%) evoca intensamente a idéia de "*natureza intacta*" ou de "*reserva florestal onde o respeito pela natureza é total. Tudo é preservado desde sua existência*" realçando em suas impressões o neomito da natureza intocada descrito por DIEGUES, em seu livro *O Mito da Natureza Intocada* (1997). De acordo com esse autor, a criação dos Parques Nacionais brasileiros, tomando como modelo os norte-americanos, desde o seu início, objetivou a geração de áreas que servissem ao lazer e à contemplação da natureza pelas populações das cidades, constituindo-se como resquícios de uma paisagem que ainda não havia sido tocada pelo homem.

A atividade ecoturística, de uma certa forma, incorporou essa forma de ver à natureza em suas práticas, consagrando parte de seu discurso à valorização dos seus elementos e da

paisagem em si, como atrativo turístico. Descrevendo as paisagens apropriadas para o desenvolvimento da atividade turística, como último remanso da ocupação do homem, onde são encontrados elementos da natureza ainda não modificados pela sua ação, como águas cristalinas e não poluídas, animais em extinção, constroem uma imagem de paraíso terreal.

Omitindo todo o processo histórico de ocupação da área do Parque Nacional da Serra da Canastra, desde o século XVIII, o *trade* turístico divulga sua paisagem de modo idílico, compondo uma imagem que se utiliza da citação do viajante August Saint-Hilaire, que por lá passou no início do século XIX, divulgada pela Internet:

*“Enquanto tive diante dos meus olhos a Serra da Canastra, desfrutei de um panorama maravilhoso. À direita descortinava uma vasta extensão de campinas e à esquerda tinha a serra, do alto da qual jorravam quatro cascatas”*  
(site: [www.canastra.com.br](http://www.canastra.com.br), 2000).

Conjuntamente, verificamos que todas as imagens recorrentes dos visitantes sobre a paisagem do Parque Nacional da Serra da Canastra dizem respeito às cachoeiras, serras, montanhas e animais, portanto a elementos concretos que se diferenciam daqueles das grandes cidades, origem da maior parte dos visitantes. Consideramos isto como um indicador da conexão existente entre três fatores: a sensibilidade dos que experimentaram enquanto percorriam o Parque; as expectativas originadas pelo que foi proferido pelos agenciadores do turismo local; e o discurso ambientalista a que estamos submetidos diariamente.

O olhar do turista, portanto, é direcionado para aspectos da paisagem que os separa da experiência de todos os dias. Esse direcionamento implica uma sensibilidade própria a cada um dos sujeitos, voltada para determinados elementos visuais que são o sinal ou a demonstração do que para ele é típico de um determinado lugar e pelo qual anseia encontrar. Contudo, es-

sa representação, do que é típico do lugar visitado, encontra-se circunscrita, ao mesmo tempo, em um processo de produção que nada tem de autônomo ou inteiramente subjetivo.

É, portanto claro que tais representações são calcadas em elementos explícitos da paisagem da Serra da Canastra, já que a Cachoeira, com seus imponentes 186 m em queda livre, já impressionava Saint-Hilaire por ocasião de sua viagem. Contudo, traz em seu bojo, também, elementos do inconsciente, configurando o ponto de vista do observador – o turista – e as suas expectativas, produzidas por fantasias e devaneios, inclusive anteriores à própria viagem, e que envolvem a mídia e toda a propaganda referentes ao Parque e disseminadas pelos agentes de turismo.

Por outro lado, a imagem da Cachoeira Casca D’Anta ou das nascentes do rio São Francisco, materializadas na parte baixa da cachoeira e na escultura do Santo, posicionada como marco da área das nascentes, encarna uma abstração. A água que cai contrapõe-se à imagem do rochedo da Serra da Canastra, e carrega importantes significações simbólicas como *“meio de purificação e centro de regenerescência”* (CHEVALIER e GUEERBRANT, 1990, p.21), assim como a idéia de nascente: *“água primeira, que brota da terra”* (idem). Ambas imagens representariam a possibilidade de limpeza dos malefícios da rotina estressante das grandes cidades e o restabelecimento do equilíbrio daqueles que para lá vão.

Convém, ainda, observar que a totalidade das respostas obtida acerca da descrição da paisagem do Parque converge em direção a seus elementos constituintes e concretos, tais como o relevo recortado com cachoeiras, rios e córregos transparentes, vegetação de cerrado, arsenal em termos de vegetação, fazendo sempre menção à beleza da paisagem.

Com efeito, a percepção que o visitante tem da paisagem, por ser efêmera, aparentemente relaciona-se primeiramente à sua estética e normalmente é mais facilmente enunciada

que a do morador, sem grandes adjetivações e restringindo-se a elementos palpáveis. De acordo com TUAN, ela deixa de ser efêmera quando *“nossos olhos ficam presos ao cenário por alguma outra razão, quer pela lembrança de fatos históricos que santificaram a cena, quer pela lembrança de sua subjacente realidade geológica e estrutural”* (TUAN, 1980, p.108).

Conforme TUAN, a perspectiva do viajante é fundamentalmente estética, baseando seu julgamento mais pela aparência, utilizando-se de algum padrão de beleza. Isso porque não consegue atingir outras dimensões, além da concretude dos aspectos sensoriais da paisagem, já que sua história pessoal de vida não se desenvolveu ali.

Em relação às representações da população local, verificamos que as suas descrições não se detêm apenas a aspectos estéticos e aos componentes físicos da paisagem. Dizem respeito também às conotações de paz e tranquilidade, bem como àquilo que fora construído por seus antigos moradores, como as construções de pedra existentes no interior do Parque. Grande parte de suas respostas é acompanhada por histórias, da região ou de suas vidas, ecoando a vivência do lugar onde se encontra o Parque.

Dessa forma, a paisagem realmente deixa de ser o cenário e, nos remontando à perspectiva de COLLOT, passa a se revelar *“(...) em uma experiência onde o sujeito e objeto são inseparáveis, não somente porque o objeto espacial é constituído pelo sujeito, mas também porque o sujeito encontra-se englobado pelo espaço”* (COLLOT, 1986, p.212), e pela dinamicidade de sua história.

Entretanto, há de se destacar que outro grupo de descrições da paisagem do PARNA Serra da Canastra realça os aspectos concernentes à vegetação, às suas cachoeiras e animais, como *“grande extensão de campos rupestres, vegetação típica do cerrado, pequenos trechos com capões”* ou *“sucessão de colinas com vegetação rasteira”* não evocando o complexo imagético do primeiro grupo e atendo-se aos ele-

mentos do meio físico. Relacionam-se a moradores não-nativos e oriundos de grandes cidades, como Belo Horizonte e São Paulo (10 dos entrevistados), que para lá foram com o intuito de iniciar uma atividade econômica voltada para o turismo, o que pode confirmar a hipótese de BAILLY (1987) acerca da influência do tempo de residência sobre os conteúdos mentais.

Na perspectiva de BAILLY (1987), o detalhamento das imagens mentais depende diretamente da duração da residência das pessoas em um determinado lugar, e a sua descoberta mais pormenorizada está subordinada à aprendizagem e à aquisição de valores, o que demandaria um certo tempo.

Além disso, outro fator deve ser levado em consideração – a escolaridade. O grupo formado por não-nativos e relacionados, de uma forma ou de outra, ao desenvolvimento do turismo em São Roque de Minas, diz respeito a indivíduos com 3º grau completo. Para MACHADO a escolaridade *“é um filtro perceptivo importante e, muitas vezes, inibidor”* (1999, p.109), que de certa forma bloqueia a construção de uma representação mais afetiva da paisagem, dando destaque às elaborações objetivas e alicerçadas em elementos palpáveis.

Bastante diferentes foram as imagens que homens (60% dos entrevistados) e mulheres (40% dos entrevistados) fizeram do Parque, sendo necessário nos atermos à questão do gênero como um dos elementos diferenciadores no tocante às representações da população local nata. Os homens referem-se aos turistas, ao silêncio e aos animais como imagens recorrentes do Parque. Ao passo que as representações das mulheres, sejam elas agentes florestais, comerciantes, donas-de-casa ou não, são povoadas por evocações religiosas, como a *“presença de Deus, algo que eleva demais a gente”* ou *“que Deus esteve por aqui, num dia de muita inspiração”*

Sabe-se que o masculino e o feminino não são distinguidos arbitrariamente, pois a fisiologia é diferenciada. Mas, pode-se dizer que a cultura

é o elemento diferenciador decisivo na construção cultural do sexo biológico – o gênero, o que afeta de modo acentuado a forma de representar a paisagem.

De acordo com TUAN: *“Nas culturas em que os papéis dos sexos são fortemente diferenciados, homens e mulheres olharão diferentes aspectos do meio ambiente e adquirirão atitudes diferentes para com ele”* (TUAN, 1980, p.70). Tal variação tende a desaparecer proporcionalmente à progressão da vida escolar.

Destacando outros elementos na sua análise, para Garcia BALLESTEROS (apud COLOMBARA, 1995, p.219): *“parece fora de dúvida que existem diferenças nas representações mentais do espaço conforme o sexo, em consequência da utilização diversa do espaço dada a separação do público e do privado e a especialização da mulher, seu isolamento na esfera privada”*

Seguindo a linha das atuais pesquisas concernentes à questão do gênero, creio que não caiba mais se falar em uma polarização do masculino e do feminino, mesmo em áreas mais afastadas dos centros urbanos ou onde a maior parte da população não possui nível universitário, como é o caso de São Roque de Minas. As mulheres trabalham no comércio, escola ou no Parque. Fazem, nos sítios, o queijo Canastra, cuidam muitas vezes do gado e da agricultura, não se isolando na esfera privada, pelo menos quando se relaciona ao espaço do trabalho.

Por outro lado, há uma diferenciação quanto ao uso do espaço público, no que tange ao lazer: o espaço de concentração do homem é o da Praça Central de São Roque de Minas, o espaço aberto; enquanto que o da mulher é o da Igreja, o espaço confinado. Isso acaba por trazer marcas acentuadas de uma religiosidade que não se mostra nas respostas dos homens.

Por fim, outro aspecto levantado é que com o paulatino desenvolvimento da atividade turística na região, começou a haver um hiato entre as opiniões dos moradores de São Roque de Minas, muitos deles agora proprietários de um comércio voltado para os turistas e defenso-

res intrépidos do “oásis” comercial formado – afinal, a imagem construída do Parque pelos habitantes também é reflexo das possibilidades de se arranjar um emprego, de se aumentar a renda – e aqueles que nada ganharam ou têm a ganhar com o florescimento da atividade turística.

## 5. Reflexões finais

A existência de uma paisagem está intrinsecamente relacionada com a forma que o sujeito a vê. Acredito, como sugere COLLOT (1986), que o ponto de vista daquele que observa a paisagem é um dos elementos fundamentais para sua definição. Parte das associações que moradores e turistas fazem daquilo que vêem e daquilo que representam reflexos dos mitos e valores criados por nossa sociedade e que perpassam diariamente os discursos veiculados pela mídia e pelo próprio léxico utilizado cotidianamente.

Entretanto, considero que seja errôneo ou simplista demais pensarmos que as representações são meras reproduções arbitrárias dos estereótipos impostos pelas práticas de divulgação turística ou dos discursos ambientalistas contemporâneos, por exemplo. Tais representações estão apoiadas também na estrutura do próprio objeto espacial, bem como nos processos de conhecimento nos quais a história individual, do mesmo modo que a coletiva, inscreve o seu percurso indelevelmente.

Os indivíduos não são meros receptáculos das informações advindas externamente. Essas informações são passadas por releituras, são reinterpretadas, desviadas ou aceitas. Como CHARTIER bem observa o “consumo” dessas imagens e discursos deve ser *“tomado como uma produção (...) que constitui **representações** (grifo meu) que nunca são idênticas às que o produtor, o autor ou o artista investiram na sua obra”* (idem, p.59).

Inicia-se, então, um embate, que CHARTIER designa de *“lutas de representações”* em que *“um grupo impõe, ou tenta impor, a sua*

concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p.17), e outro grupo, o dos consumidores, que tenta resistir, alterando, por vezes, as idéias inicialmente impostas.

De fato pudemos observar que não há uma adesão total da percepção dos moradores ao discurso ecoturístico, não havendo uma repetição indefinida de estereótipos pela população local, bem como podemos afirmar também que não há uma oposição entre as representações da paisagem dos dois grupos – população local e turística.

O que nos foi possível constatar é que os moradores estabelecem um campo de significações da paisagem mais amplo que o dos turistas. Suas imagens são mais densas, mais ricas em pormenores, por vezes antitéticas, enfatizando em suas representações, aspectos, ora relacionados com a sua história individual, ora com a história coletiva, revelando pontos de vista divergentes em relação à delimitação do Parque, de acordo com as suas vivências, e sem dúvida, incorporando também os valores disseminados contemporaneamente em relação à natureza e à atividade turística.

As imagens de turistas e moradores ecoam as características do Parque que as agências de turismo, pousadas e o próprio IBAMA, tentam impingir, reforçando a concepção de jardim edênico, com fontes de água cristalina que sobressaem do quadro austero dos paredões rochosos da Serra da Canastra. Contudo, com perspectivas e vivências diferenciadas, as representações que turistas e moradores constroem acerca da paisagem do Parque, conotam outros aspectos, ora semelhantes, como a sacralização dessa Unidade de Conservação, ora divergentes, como quando tratam da preservação.

Sem a vivência diária do morador, o turista introjeta as informações que obtém antes e durante a sua viagem, e cria suas representações tendo como base as suas expectativas, sendo difícil driblar a paisagem estereotipada divulgada pelos *folders* turísticos, da Cachoeira,

das nascentes do rio São Francisco e do lobo-guará. Mesmo quando a paisagem visitada não corresponde à sua expectativa, é a representação que dela fez que permanecerá na sua mente, como aquilo que “viu” de verdade.

Constatamos que além da percepção idílica da paisagem, criaram-se paradoxalmente representações da paisagem do Parque que personificam, para aqueles que lá nasceram e foram desapropriados, os efeitos deletérios de seu fechamento para parte da população. Efeitos estes de ordem econômica, mas também de ordem emocional, causado pela perda de lugares e paisagens carregados de memórias e sentimentos e que agora são utilizados pelos turistas.

A leitura que esses moradores fazem da implantação do Parque Nacional da Serra da Canastra contrapõe-se a da população moradora que é proprietária de alguma atividade econômica relacionada ao turismo. Para os primeiros, o fechamento do Parque, sem uma infra-estrutura adequada, só fez com que o fogo, por exemplo, se disseminasse pelos campos sem controle, na época de seca, provocando efeitos mais devastadores do que a própria ocupação agropecuária.

Para os outros moradores, donos de pousadas e do comércio local, a criação do Parque permitiu a “preservação” de paisagens de grande valor ambiental e consideram as práticas de queimadas antes realizadas por sitiantes e fazendeiros que ocupavam a área, como grandes ameaças à paisagem da Serra da Canastra.

O fato é que não existe um plano de controle das queimadas, sejam elas causadas naturalmente ou não, e que o número de nove agentes de defesa florestal para fiscalizar uma área de 71.525 hectares é insuficiente.

De qualquer forma, é com base em suas representações – dos turistas e moradores – que o processo de espacialização é, em parte, afetado, justificado e direcionado, o qual, ao mesmo tempo, incide seus efeitos no processo de representação da(s) paisagem(s) por todos aqueles que a vivenciam: monumentos públicos são construídos, criando lugares e significância,

como é o caso da escultura de São Francisco, construída nas nascentes do rio de mesmo nome; habitações transformam-se em pousadas e sítios em áreas de camping; festas populares,

restritas antes à fé de antigos moradores, são vulgarizadas. Daí talvez derive o valor de tais estudos para a explicação de alguns processos concernentes à produção de novas paisagens.

### Notas

I Artigo redigido em outubro de 2001, baseado nas informações contidas na dissertação intitulada: *Representações da Paisagem do Parque Nacional da Serra da Canastra - MG: o*

*olhar do viajante, da população local e do geógrafo*, defendida em agosto de 2001, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Regina Araújo de Almeida.

### Bibliografia

ANDRÉ, Y. *Enseigner les Représentations spatiales*. Paris, Anthropos, 1998.

BAILLY, A.; RAFFESTIN, C.; REYMOND, H. Les concepts du Paysage: Problématique et Représentations. In: *L'Espace Géographique*, n.4. Paris, VI, 1980, pp.277-86.

BAILLY, A. Des images mentales de Fribourg; trois images pour deux groupes culturels. In: *Cahiers de L'Institut de Géographie de Fribourg*. n.5, Fribourg, Institut de Géographie de l'Université de Fribourg, mai de 1987.

BUTTNER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. SP, DIFEL, 1985.

CARDOSO, C.F. Introdução: Uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, C.F.; MALERBA, J. (orgs.). *Representações. Contribuição a um Debate Transdisciplinar*. Campinas, Papyrus, 2000.

CHARTIER, R. História intelectual e história das mentalidades. In: *A História Cultural entre*

*práticas e representações*. Lisboa/RJ, DIFEL/Bertrand Brasil, 1980, pp. 29-67.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. SP, 3.ed, José Olympio, 1990.

COLLOT, M. Points de vue sur la representation des paysages. In: *L'Espace Géographique*, n.3. Doin, 8, place de l'Odéon, Paris-VI<sup>e</sup> 1986.

COLOMBARA, M. Espaço e mulher. Uma contribuição para a geografia de gênero. In: *O Novo Mapa do Mundo. Problemas Geográficos de um Mundo Novo*. SP, Hucitec-Anpur, 1995, pp.215-22.

DIEGUES, A.C. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. SP, 2.ed, HUCITEC, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. *Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra*. S/ data.

LYNCH, K. *A Imagem da Cidade*. São Paulo. Martins Fontes, 1960.

- LOWENTHAL, D. Geografia, Experiência e Imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. SP, DIFEL, 1985.
- MACHADO, L.M.C.P. Paisagem valorizada. A Serra do Mar como espaço e como lugar. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. de. *Percepção Ambiental. A Experiência Brasileira*. SP, 2.ed, Studio Nobel/Editora da UFSCar, 1999.
- MALERBA, J. Para uma teoria simbólica: conexões entre Elias e Boudieu. In: CARDOSO, C.F.; MALERBA, J. (orgs.). *Representações. Contribuição a um Debate Transdisciplinar*. Campinas, Papirus, 2000.
- PELLETIER, J. Paysage réel et paysage ressenti. Un exemple de Paysage a bases physiques: les pays granitiques du pourtour de la Méditerranée. In: *Revue de Géographie de Lyon*. 1982/4, Lyon, 1982.
- RODRIGUES, G.S.S.C. *Representações do Parque Nacional da Serra da Canastra-MG: o olhar do viajante, da população local e do geógrafo*. SP, FFCH-USP, 2001. Dissertação de mestrado.
- ROUGERIE, G.; BEROUTCHACHVILI, N. *Géosystèmes et Paysages*. Paris, Armand Colin, 1991.
- SILVA, H.R. da. A história como "a representação do passado": a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, C.F.; MALERBA, J. (orgs.). *Representações. Contribuição a um Debate Transdisciplinar*. Campinas, Papirus, 2000.
- TUAN, Yu-Fu. Space and place: humanistic perspective. In: *Progress in Geography*. Vol.6. London, Edward Arnold, 1974.
- TUAN, Yu-Fu. Images and Mental Maps. In: *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 65, 2, jun. 1975.
- TUAN, Yu-Fu. *Topofilia*. SP, DIFEL, 1980.
- WHYTE, A.V.T. *La perception de l'environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain*. Paris, UNESCO, 1978.

Concluído em: 10/2001

